ANO II — Lisboa—Quinta-feira 1 de Agosto de 1918 — N.º 430

Pela Grei

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz
Redactor principal
Antonio Sardinha
Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada
Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20
Impressão—Rua da Oliveira, 134
Editor—João N. Santos
Telefone C. 1033

A unidade nacional proclamada pelos monarquicos

Na camara dos deputados o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas repele indignadamente uma calunia afrontosa, posta em circulação pela folha evolucionista — A Monarquia da Guerra, — pronuncia o sr. Conselheiro Aires d'Ornelas, em nome da minoria monarquica um discurso entusiasmadoe brilhante, afirmando altivamente no parlamento a união de todos os portugueses, sem distinção de opiniões ou de partidos, em torno da bandeira da Patria — A maioria aplaude calorosamente o ilustre leader monarquico, reconhecendo a nobreza das suas declaraçoes—A exauctoração do criminoso de Newala, do coveiro sinistro dos nossos soldados de Africa — Saudações vibrantes ao nossos Aliados.

Viva a Unidade nacional!

Viva a Monarquia da Guerra!

Então porque fugiu?

Foi assim que em aparte outro dia na Camara alguem me interrompeu quando eu afirmava que el-rei D. João VI desconhecia o avanço das tropas de Junot. Vejo agora pelo relato dos jornaes que me atribuem a peregrina opinião de que o Principa-Regente embarcara para o Rio, ignorando por completo a entrada dos francêses. E' o defeito organico das assembléas, — o seu vicio estrutural. Recordo-me bem que eu citei até o *Diario de Junot*, dado á estampa pelo ilustre escritor senhor Christovam Ayres, exactamente para demonstrar que só, ao chegar o general de Napoleão a Abrantes, é que em Lisboa a Familia-Real soube da aproximação do inimigo. Ordena-se então a retirada, não como uma fuga, mas com o aspecto natural de quem calculava bem o destino odioso que o aguardava.

A cada hora eu verifico mais os resultados funestos da perversão da nossa historia. Ao sentir bem nitida a ingratidão inconsciente com que se caluniava um dos reis a quem Portugal deve mais, porque lhe deve a sua independencia, pelo meu espirito desliseram, incorpadas um momento, as palavras memorandas de Fustel de Coulanges. «O nosso patriotismo não consiste es mais das vezes senão em adiar os nossos reis, em aborrecer a nossa aristocracia, em difamar as nossas instituições, — escreye o grande mestre da *La cité antique* no seu admiravel trecho *De la maniére d'ecrire l'histoire en France et en Allemagne*. O verdadeiro patriotismo é o amor do passado. E' o respeito pelas gerações que nos precederam. Os nossos historiadores não nos ensinam senão a amaldiçoa-las e só nos recomendam que não nos pareçamos com elas. Quebram assim a tradição francêsa e imaginam que fica ainda um patriotismo francês!»

Quebrada a nossa tradição, quaes as razões do nosso patriotismo? Razões frageis de ocasião, sem continuidade nem raizes. A nossa historia, moldada no criterio individualista, é a responsavel do longo eclipse da consciencia nacional em que parecemos sepultos. Sem a comprensão do passado, como vivera vida superior duma finalidade colectiva, que é a condição indispensavel para que á existencia dum povo seja duradoira e fecunda.

Com Fustel de Coulanges no pensamento, eis-me de novo encarando o caso de D. João VI. Nascido numa epoca de transição, ele sofreu as consequencias da crise que o pés atravessou. No entanto, que esplendorosa a sua ação politica, se olharmos, quando mais não seja as profundas reformas economicas com que a sua regencia se iniciou. Era o obra da gente da Academia. Era a obra dum florescimento scientifico, em que bem cedo se espelharam os resultados magnificos das «bolsas de estudo», instituidos por D. Maria I, a exemplo dum outro rei. tambem tão difamado, D. João III. A's medidas do credito publico sucederam-se as de instrução, com uma tentativa larga de fomento rural. Tão longe e tão sensatamente se examinavam os diversos problemas do interesse comum da nação que, ainda não ha muito um ministro da republica, o engenheiro Ferreira da Silva, assegurava que os unicos principios eficazes a aplicar numa remodelação do nosso regime hidraulico seriam os principios em que se inspirou um alvará, assinado pelo Principe-Regente em data de 27 de novembro de 1804, — salvo o erro.

Mas a sugestão de Michelet pode mais que as lições serenas da verdade. A pena romantica de Oliveira Martins serviu com vigor o vento revolucionario em que a nossa historia se prostituiu. E de D. João VI não ficou mais de que uma caricatura entre tragico e comico em que o medo mandava tudo, com os frangos ornados engordurando-lhe os bolsos da casaca bordada. Bastava, porem, um episodio só do seu reinado, para que a figura do monarca irradiasse a beleza moral do seu grande coração. Refiro me á generosidade de animo com que recebeu e perdoou ao marquês de Loulé.

Na impossibilidade de se destruir a luz que o trabalho de Oliveira Lima derramou sobre as feições apagadas do monarca, acusa-se agora o seu autor do germanofilo e inimigo dos portugueses. Se-lo-á, no entanto, esse estranho processo de critica não se aplica a um estudo, publicado ha dez anos e que Oliveira Lima, aluno do nosso Curso Superior de Letras, dedica á memoria de seu Pai e conjuntamente á lembrança dos seus mestres portuguêses, — Jayme Moniz, Consigliori Pedroso, Pinheiro Chagas, Vasconcelos de Abreu, Teofilo Braga, Adolfo Coelho e Sousa Lobo. Pois oiçamos Oliveira Lima, historiegrafo eminente, esboçar sobre documentos o retrato psicologico de El-Rei D. João VI.

«Quem sabe proceder para com dependentes com tamanha indulgencia e, sendo soberano, se mostra capaz de tanto espirito nas relações com personagens da sua côrte, — observa Oliveira Lima —, não é certamente um ente vulgar, e de facto Dom João compensava pela agudeza mental, bom senso e facil assimilação o que lhe escasseava propriamente em conhecimentos que ninguem se ocupara em incutir-lhe. Os estrangeiros sempre lhe fizeram justiça. Beckford, o inteligentissimo e mordaz Beckford, estampou a seu respeito conceito lisongeiros, que se sentem *dictados* pela sinceridade, e Luccock até o defende da increpação de apatbia, dotando-o «muito mais sensibilidade e energia de caracter do que lhe andam geralmente atribuidas pela tradição ou pela paixão politica.»

E Oliveira Lima continua, depois de ter produzido o depoimento de Luccock: — «Não conheço despacho algum, ostensivo, reservado ou confidencial, de embaixador, ministro ou encarregado de negocios extrangeiros para seu governo que se refira com menos respeito ou com menos elogio a Dom João VI. E é curioso verificar que nenhum mesmo tenta fazelo, de leve que seja, ridiculo, quando os Portuguêses dele quizeram legar um tipo burlesco. Não era apenas a deferencia inata para com a realeza que assim tornava cortezão a pena facilmente satirica dos diplomatas: era tambem, e principalmente, a circunstancia de, em justiça, nada encontrarem no soberano de grotesco e sim muito de atraente e não pouco que encarecer.»

E' este o verdadeiro D. João VI. Mas então porque fugiu? E o aparte de ha dias na Camara sôs-me ainda como a pergunta impertinente de ignorancia fornado soberana. Porque fugiu? Abra-se, por exemplo, a esplendida conferencia do distinto oficial da nossa armada, senhor Almeida Eça, — *Causas politicas das invasões*, — pronunciada em 27 de Novembro de 1909 na L.ga Naval. «Resistiu? Como? O exercito, desorganisado, tinha sido mandado retirar para a beira-mar; era impossivel retroceder rapidamente para a fronteira. Eram poucos milhares os soldados de Junot, e cançados, e esfomeados e rotos? Eram; mas tinham a auxiliallos o exercito hespanhol que ao mesmo tempo invadiu Portugal pelo Norte, tinham na retaguarda o resto do exercito da Gironda, de que eles formavam uma parte, desse exercito onde se reuniam as maiores glorias da França militar, e tinham ainda o prestigio dessas glorias; e o nome do seu chefe aureolado em cem batalhas, prestigio tamanho que foram necessarias as mais crueis violencias e as mais torpes abominações do general e dos seus sequazes para que ele se desvanecesse na alma credula e candida deste bom povo portuguêz.»

E o senhor Almeida de Eça acrescenta: — «Resistir? Para quê? Para que se satisfizesse o mais ardente desejo de Napoleão: aprisionar o Regente e a sua familia, apresar a esquadra portuguesa. Poderia esta ao menos ter ficado no porto? Não: uma esquadra engarrafada é uma esquadra perdida, vós o sabeis... Teria ela que ficar para atacar os soldados de Junot? Teria ao mesmo tempo de arrasar a capital.» As considerações do senhor Almeida de Eça marcam deveras e são as que uma inteligencia aberta á indicação dos factos naturalmente perfilha. A nossa esquadra representava nesse tempo alguma coisa de importante. Mais um beneficio, e que inestimavel do sacrificio, de D. João VI!

O decreto de 25 de abril de 1795 criara o Conselho do Almirantado. Desse Conselho, pelo esforço de Mousinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, saiu a esquadra que bem depressa se provou nos seus cruzeiros pela Mancha e pelo Mediterraneo. A França perdera a sua frota em Aboukir e Trafalgar. Napoleão procurava um desembarque nas costas de Inglaterra. A nossa esquadra sorria-lhe de longe, como unico meio de o conseguir. Na sua correspondencia para Junot, o Imperador diz: — «Je vous ai fait connaitre qu'en vous autorisant à entrer comme auxiliaire, c'était pour que vous pussiez saisir, c'était pour que vous pussiez vous rendre maitre de la flôte...

Os designios apalpam-se bem transparentes. Para que o Portugal nada ficasse, o tratado de Foutainebleau retalhara-nos infamemente. Junot corria a dar-lhe cumprimento.

«Vous ferez connaitre au prince-régent qu'il se doit rendre en France», — escarece ainda Napoleão a Junot: «Vous tacherez qu'il y consente de bon gré. Vous ordonnerez des officiers dont la commission apparente sera de l'escorter, mais bien réellement pour le garder». De modo que, em face de isto, é nossa obrigação concluir com o senhor Almeida de Eça.

«Não, — declara ele; não posso deixar de verificar que a retirada para o Brazil foi a salvação de Portugal. Salvando-se a dinastia tornou-se *possivel* a salvação do reino. **Se a dinastia houvesse sido aniquilada** (o normando é nosso), não ficaria razão politica para que mais tarde a independencia pudesse restaurar-se. Conheço bem que esta não é a opinião, direi melhor, o *sentimento* geral; mas a essa conclusão me levou o estudo das circunstancias que haviam preparado as invasões e d'aquelas que realizaram a repulsa.»

«Então porque fugiu?» Não fugiu, — retirou-se. O partido da guerra era o *partido inglês*, — o partido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de D. João de Almeida. Ceira diante das imposições de Lannes, a quem os clubs secretos estendiam a mão em Lisboa.

O seu primeiro avanço foi a demissão de Pina Manique. A conjura da Maçonaria a favor de Bonaparte começa então a desenvolver-se. A conjura da Maçonaria a favor de Bonaparte começa então a desenvolver-se á vontade. Sobe ao poder o *partido francês*, — o partido da neutralidade a peso de oiro. Despeja-se nas cercas do Consulado e do Imperio o nosso tesouro, — o pobre tesouro nacional. Já se começava a encarar a hipotese da partida para o Rio. Pombal não recuara em a aceitar quando do «Pacto de Familia». Napoleão receia-o, como Luis XV a receiara. Na America, a dinastia dos Braganças constituiria um formidavel imperio ultramarino. O Conselho de Estado em Lisboa discute o problema nos tantos de agosto de 1807. Logo em outubro imprime-se em Londres um folheto, — «Réflexions sur la conduite du Prince Régent du Portugal.» «Le Prince du Brésil examine d'un coup d'oïil d'oi vient à Buonaparté l'audace de lui faire des propositions qu'em Roi ne doit jamais entendre. Il aperçoit que la position du Portugal est la base de l'insolence de son ennemis, il connoit á la fois le danger et les ressources, et c'est en Brésil qu'il va confier son honneur, sa sûreté, sa gloire, et celle du nom Portugais.»

Traduzindo esta doutrina, assina-se com o gabinete de Londres o acordo de novembro seguinte, em que se estabelece a saida para o Rio. Antonio de Araujo, maçon, illude-a, entretanto, protestando um novo entendimento com Napoleão e conduzindo D. João VI á rutura com a Inglaterra. O desenho da traição apanha-se todo em cartas do Conde de Ega, inserta nos ministros lá fora trabalham com o inimigo. «Achavam-se ainda por Embaixadores de S. A. R. o Conde da Ega em Madrid; e D. Lourenço de Lima em Paris; e não sei se cumpriram os seus deveres. O publico ós acusa altamente...» («José Acursio das Neves). Acusava-os — e com fundamento.

Seguro das promessas de Napoleão, o Principe-Regente abandona, pelo menos momentaneamente — a idéa da ida para a America. E' a oportunidade escolhida para o surpreender na rede. Junot avança, — e, sob o pretexto de que os inglezes podiam tentar um desembarque, a pouca tropa que tinhamos na fronteira, é mandada guarnecer a Costa. O invasor assim entrará sem ser incomodado. As marchas forçadas do exercito francês significam bem o proposito que trazia Junot. Sossegado, D. João VI nada receia. «O golpe o tinha apanhado tão desprevenido, que dous ou tres dias antes tinha proferido com toda a satisfação, que com as providencia que havia dado, estava emfim tranquilo de parte dos francezes. As disposições estavam feitas na verdade, havia muito tempo; mas não passavam de mera precaução, para um perigo que se julgava muito remoto.»

Eis como se exprime um contemporaneo, — José Acursio das Neves. O proprio Junot o confirma no seu *Diario*: — «**J'entrai en Portugal, sur ces entrefaites, et j'etais déjà prés d'Abrantes, qu'on ignorait encore à Lisbonne, la marche de nous armée.**»

Por outro lado, um ingles, Thomas O'Neill informa-nos que alguns conspiradores de tendencias francêsas interceptaram as noticias vindas da fronteira para o palacio de Mafra, afim de surpreender sem remedio o Principe-Regente. Avisado, o futuro D. João VI salva-se e com a sua dinastia salva-nos a nós. O conluio com Antonio de Azevedo é manifesto no «Diario de Junot». Prevendo o general de que a Familia Real embarcara, com falsas promessas manda Herman a Lisboa. «Mr. Herman», — regista Junot —, ene pût voir ni le Prince, ni Mr. d'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu.» Tal o motivo porque na Camara dos Lords em 21 de janeiro de 1808 o secretario de Estado George Carving declara: — «Ha certamente razão de crêr que houve traição em alguma parte do governo português, e a esta parte se deve imputar o segredo guardado sobre o adiantamento das tropas francêsas ao mesmo tempo que se recebiam seguranças de que elas não passariam das fronteiras.»

«Então porque fugiu?» — sem exercito, traído, como sem exercito e traído se viu depois um seu regio descendente, D. João VI não fugiu. Evitou na sua retirada prudente que se efectivasse o tratado de Fontainebleau. Preso em Lisboa, antecipar-se-iam as scenas de Bayona e um soberano estrangeiro, a pedido da Maçonaria, usurparia o sceptro de Afonso Henriques.

Imediatamente a Inglaterra se apossava do nosso dominio colonial.»

Se o primeiro Consul invadir os Estados de Portugal na Europa — comunicara a Napoleão o embaixador Lord Hawkesbury, a Inglaterra invadirá os Estados ultramarinos de Portugal. «Lida a sentença, ainda por aí D. João VI nos salvou. Sem o imperio brazileiro, nós não teriamos pesado na paz geral em Viena.

A Espanha abeorveria este epobre canapé de Europa»! Foi o imperialis inteligente de D. João VI na America que conservou a autonomia de Portugal. Curvemo-nos diante do grande e caluniado Rei. A Patria que lhe agradeça o seu poderoso esforço de restaurador, emquanto a mediocracia reinante se entretem a preguntar, gracejando, na sua inconciencia tagarela:

Mas então porque é que fugiu?

Antonio Sardinha

Nos braços um do outro

O jornal do homem de Newala, ontem exaltorado em pleno Parlamento, velta novamente a bater-nos á porta a covitunido a noticia dos seus amores ilicitos com certo faquieta de cadastro conhecido e largo. Não queremos deixar de festejar o acontecimento. E assim para o comemorarmos aqui fica em esboço uma pequena antologia.

Lêde e pasmae! São dignos um do outro!

«Trata-se de Antonio José de Almeida e do Governo provisorio... Ha-de cuidar a acreditar que essa miseria moral e intelectual que ahi lhes fosse o alicerce da reputação de um homem. Raso facto só por si será, ao olhar da Europa e do Mundo, tão chôco, tão porco, tão reles, tão estupido, tão lesivo, e esse pedaço de prosa ao artigo de A. J. d'A.). E a obra de um borrabotas, de um sapateiro das letras, dum fariseu de seita.»

Bandittismo politico, pag. 204 e 207.

«Ai dos monarquicos que tiverem a ingenuidade a de acreditar. A paginas tantas, raspas-te, deixando-os entalados. Tolo-se os nós meteres na cadeia, como fizeste em Avelro aos melhores daqueles que te acompanharam.»

O Povo de Aveiro ao exilio, janeiro de 1913.

«Antonio José... o grande mariola! O desavergonhado! O mariola que parece mesmo irmão do Ligorio e neto como este... da Clara do Gajo!»

O Povo de Aveiro no exilio, fevereiro de 1913.

«O povo não tem culpa nenhuma. Quem o fez mau? Foste tu, desgraçado tu, Antonio José d'Almeida, com a tua incapacidade insondavel e a tua vergonhosa "covardia"! Foste tu, idiota d'Almeida, como o povo já te chamou na sua linguagem tão sugestiva, e pitoresca!»

O Povo de Aveiro no exilio, abril de 1913.

E ponto final!

Para amostra basta.

Monsenhor Mazella

Assumiu no dia 25 as suas funções de encarregado dos negocios da Santa Sé junto do governo português o auditor da Nunciatura, monsenhor Aloisio Mazella, tendo sido como tal apresentado ao sr. Presidente da Republica.

Lavoura e pecuaria

Neste estudo que procura as soluções que salvarão da iminente falencia a velha e nobre Herdade Portuguêsa, e seus 6 milhões de moradores, afirma-se bem insistentemente que na base do problema nacional está a questão agraria, que por sua vez assenta no problema do pão, no desenvolvimento da cultura cerealifera e outras culturas alimentares.

Esta tese parece arrojada na franca evolução de regresso á pastoricia que na lavoura do Sul os ultimos anos tem acentuado; ela vem ferir ideias correntes, firmes opiniões de alta sabedoria agricola, orientando desastrosamente a nossa lavoura para a exploração de grandes rebanhos, num quadro desolador em que a fecundidade da terra tem sandades da charrua fecundante e a paulatinte população de ganhões e trabalhadores, aumentadores proliferos da grei, por falta de trabalho, tem de ceder perante o deserto.

Tese paradoxal e escandalosa, cumpria fazer preceder a sua demonstração tecnica de habeis razões preparatorias dispondo o espirito do lavrador que me lea não me condenar liminarmente com aquela excomunhão com que costumam justamente castigar-se os defensores da original'dade sem verdade.

E assim ser-me-ia util — se a retorica não vegetasse em mim tão mal como o sobreiro em terra calcarea — fazer um poetico apelo ao instinto imediato do nosso lavrador, que, para ele, educado nas fortes disciplinas da terra, é uma especie de razão intuitiva e imediata; e dir-lhe-ia que para o instinto afinado de um lavrador, para o seu seguro espirito pratico, não pode ter preferencias o quadro triste de vastos desertos onde pastam magros rebanhos: toda a escolha da nossa intuição deve ir a direito para os alqueives de um negror fecundo, negros e aveludados, todos concentrados numa vida interior de elaboração, na ancia de parirem o pão dos homens; todo o nosso entusiasmo deve preferir a esperança verde das searas, a graça espiritual das espigas, e o ouro quasi soante do trigo que se despenha em cataractas da debulhadera a zumbir; finalmente toda a nossa comoção deve ver mais longe por sobre o problema do pão, a complexidade quimica e organica dos estrumes, vejamos os frios argumentos.

E ainda em cuidadosa preparação de atenuar o aspecto escandaloso desta tese, abriguemo-nos a um testemunho autorizado, que vem da America moderna e agricola:

Conclue Fippin de um estudo aparecido no journal *Of the American Society of Agronomy*: *os animaes destroem 50 a 90 0/0 da materia organica dos alimentos que absorvem e oxidam-na no processo vital consumindo-a sob a forma de energia; além disso, uma perda notavel se produz na manipulação do estrume. Por outro lado, é possivel manter a materia organica no solo, sem gado, sobre terrenos muito pobres, a criação do gado pode mesmo ser prejudicial, e o dano causado só pode justificar-se por largos beneficios fornecidos pelos produtos animaes, com a ajuda dos quais é possivel reparar as perdas de materia organica utilisando outras fontes.»*

Posto isto e entrando a fundo na questão, eu afirmo que o preconceito vulgar de que os os animais são uma exploração agricola *criadores de fertilidade* deve ser substituido pela afirmação de que são pelo contrario *destruidores de fertilidade*.

Na contabilidade imperfeita do nosso lavrador aparece o estrume como um ganho; mas a verdade é que entre os elementos quimicos que constituem os pastos e os elementos que constituem o corpo e produtos do animal e os que formam o estrume ha uma diferença a menos **se** carbone que aquele consumiu no azote que perdeu para a atmosfera e nos elementos quimicos que a manipulação dos estrumes abundantemente desperdiça.

Evidentemente os elementos que constituem os pastos ou poderiam ser aproveitados integralmente como estrumes verdes ou substituidos no seu aproveitamento por searas.

E que os elementos consumidos pelo gado, são valores muito a ponderar, nos

A proposito de nada

Conversando

cançar um pouco; abrir aquela janela, arejar isto. Está imenso calôr; a Baixa é horrivel; os refrescos são carissimos — e mais.

Depois este quarto de pensão, desarmonico, bulhento, em que dia e noite todos os moveis brigam uns com os outros — e em que ha uma poltrona que, como noutro dia lhe disse, conhece bem a vida, veio talvez duma casa de prégo — e tem todo o ar duma dama empobrecida que desse em alcoviteira...

Uma massada!...

E, ainda por cima, uma mesada pequena, a enorme fadiga intelectual e nervosa... o embrutecimento que vem duma vida vivida sem conforto... esta cabeleira que, segundo creio, hôje me esqueci de lavar... o velho, desformado jêbo casaco com que o recebi sem desculpas, sem dar nem pedir explicações, concedendo-lhe todo o direito de reparar no seu ridiculo corte da moda que passou, sem que com isso me agaste, porque foi comprado com dinheiro honestamente ganho e não tenho culpa de não poder agora obter outro melhor.

Além disto, uns colegas que eu encontrei, sujos, palermas, rotos, estupidamente preocupados por terem passado nos actos de Direito com classificações baixissimas... uma antipatica chicara que vi na montra do Leitão... um juiz que descia o Chiado com cara de réu... o pessimo gosto que V. teve, meu querido Leitor, em ficar em Lisboa a ler os Lusiadas...

E, para cumulo — veja! — nestes minutos de palestra chôcha ainda não fiz mais que dirigir insultos e ser completamente irracional.

Não faço blague, creia.

Os meus camaradas da Faculdade de direito têm toda a razão para me espancar. A chicara do Leitão deve atirar-se-me á cara, fazer-se em cacos, ensanguentar-me todo, logo que eu ponha o passe. Toda a magistratura deve chamar-me aos tribunais, V. meu querido Leitor, corte relações comigo por eu ter o atrevimento de generosamente lhe apontar o seu autentico mau gosto. Camões deve pedir para mim ao Padre Eterno o peior dos anatemas. A minha poltrona, indignada, deve ir fazer queixa á Patroa, desconjuntar-se de vez... Todo o meu quarto deve desabar sobre mim — e eu... devo esbofetear-me por achar a mesada pequena

to de solidariedade que devem aos meus pés, nem me rogarem submissamente licença, cometem o tremendo abuso de confiança, a horrenda indignidade de verificar que os tacões dos meus sapatos precisam capas novas...

E' assim mesmo, meu querido leitor. E é divertido.

Note: — só ha poucos dias eu reconheci que era esta a comprensão exacta destas coisas de impressionismo.

Devo-o a uma cronica minha. Não sei se se lembra. Intitulava-se «O Parlamento». Foi num desses periodos que fixei a impressão que me deu a tribuna da imprensa, exatamente como ha pouco notei a jêbice do meu casaco... — os eternos calcanhares d'Aquiles, que existem na vida e nas pessoas e que nós costumamos considerar com um calmo sorriso literario, em que não ha maldades nem ofensas.

Pois foi uma catastrofe, meu caro leitor!... Telefoneram-me, escreveram-me cartas anonimas... dirigiram-me adoraveis insultos, prometeram-me socos... — Ferozes, perfeitamente ferozes!...

Não sei se foi numa ode de indignação que, precisamente nesta altura em que me disponho a fazer ginastica para me fortalecer, juraram mandar ao meu encontro o mais valente cacete.

Quizeram a todo o custo convencer-me de que eu tivera o perverso e criminoso intuito de os ferir, de rir do seu valor ou da sua dignidade pessoal!...

E eu que os não conheço, que nunca lhes quiz mal, que não faço sacrificio em crêr que qualquer deles seja uma honesta e inteligente creatura — com toda a minha zoologice provinciana, perguntava-me infinitamente surprêso, porque seria afinal tudo aquilo.

Compreendi-o depois. E agora, como provel, já se me não afigura extranho que eu proprio esmurre os meus olhos p'la ofensa que me fazem examinando as joelheiras das minhas calças — ou que qualquer conselheiro faça em pedaços a estatua do Eça unicamente p'lo Romancista haver tido o arrojo de definir no Acacio o conselheirismo português, segundo a sua sensibilidade d'Artista assente na sua visão de conjunto. **Séve de Oliveira.**

Por absoluta falta de espaço temos de passar para a 2.ª pagina noticias importantes tais como: Ainda João VI; O problema do Pão; Conselheiro Aires d'Ornelas e outras.